

PROTEÇÃO
E PREDACÃO NO PROCESSO
CERTIFICAÇÃO FLORESTAL
CASTANHA-DO-BR

PROTEÇÃO E
E PREDACÃO NO PROCESSO DE
CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DA
CASTANHA-DO-BRASIL

MAGDA DOS SANTOS RIBEIRO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROTEÇÃO E PREDACÃO NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DA CASTANHA-DO-BRASIL

Resumo

A partir da década de 90 empresas nacionais e transnacionais aproximaram-se de populações amazônicas para propor negócios e parcerias. Nesse contexto, a certificação florestal apareceu como um quesito muito desejável, senão imprescindível. Este artigo apresenta parte do processo de certificação florestal ocorrido dos castanhais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Iratapuru, Amapá, e reflete sobre suas implicações e efeitos. A etnografia busca oferecer uma reflexão tanto sobre entendimentos divergentes quanto sobre seus processos de estabilização, demonstrando que no decorrer do processo de certificação o conhecimento das populações extrativistas é cotejado ao conhecimento de engenheiros, técnicos ambientais e especialistas em manejo florestal. O artigo argumenta que embora a diferença entre os saberes envolvidos seja marcante, ela não obstrui a capacidade de comunicação e o movimento de ambos os modos de conhecer. Nesse sentido, a literatura antropológica sobre predação aparece como um modo análogo para compreender o conflito de pressupostos e seus possíveis arranjos.

Palavras-chave: castanha-do-brasil; castanheiros; Amazônia; certificação florestal.

PROTECTION AND PREDATION IN THE PROCESS OF FOREST CERTIFICATION OF BRAZILIAN NUT

Abstract

On the border between the states of Pará and Amapá lies one of the largest Brazilian nut massifs in the Amazon. In this region, nut gatherers have been engaged for decades in the extraction of nuts for consumption and/or commercialization. Since the 1990s, national and transnational companies have approached these populations with the intention of proposing business and establishing partnerships. This paper aims to present part of the process of forest certification of the nut woods of RDS Iratapuru, reflecting on its implications and effects. On the one hand, the certification enabled the extractive community to expand its business partners, among them the Brazilian cosmetic company Natura S/A. On the other hand, it required nut gatherers to make significant changes and adaptations. The ethnography was attentive to the disagreements within these agreements and sought to offer a reflection on the divergent understandings and on their stabilization processes, demonstrating that during the forest certification the knowledge of the nut gatherers is confronted to the knowledge of engineers, environmental technicians and forest management specialists. The paper argues that although the difference of assumptions that guide the considered knowledge is striking, it does not obstruct the capacity for communication and movement of both ways of knowing. In this sense, the anthropological literature on predation appears as an analogous way to understand the conflict of presuppositions and their possible arrangements.

Keywords: Brazilian nut; nut gatherers; Amazon; forest certification.

PROTECCIÓN Y DEPREDACIÓN EM EL PROCESO DE CERTIFICACIÓN FORESTAL DE LA CASTAÑA DE BRASIL

Resumen

A partir de la década del 90, empresas nacionales y transnacionales se aproximaron a poblaciones amazónicas con propuestas de negocio y de asociaciones. En este contexto, la certificación forestal se reveló como un requisito muy deseable e imprescindible. Este artículo presenta parte del proceso de certificación forestal de los castañales de la Reserva de Desarrollo Sostenible – RDS Iratapuru, Amapá, y reflexiona sobre sus implicaciones y efectos. La etnografía busca ofrecer una reflexión tanto sobre entendimientos divergentes como sobre sus procesos de estabilización, demostrando que, a lo largo del proceso de certificación, el conocimiento de las poblaciones extractivistas es cotejado con el conocimiento de ingenieros, técnicos ambientales y especialistas en manejo forestal. El artículo argumenta que, aunque la diferencia entre los saberes sea considerable, no es un obstáculo absoluto para la capacidad de comunicación y el movimiento de ambos modos de conocimiento. En este sentido, la literatura antropológica sobre depredación se revela como un modo análogo para comprender el conflicto de presupuestos y sus posibles arreglos.

Palabras clave: Castaña de Brasil; Castañeros; Amazonia; Certificación forestal.

Magda dos Santos Ribeiro
magdaribeiro@usp.br

INTRODUÇÃO

Até meados dos anos 70 as populações extrativistas eram praticamente invisíveis no cenário brasileiro da luta por direitos territoriais. A articulação de movimentos sociais e agrários, atrelados à visibilidade internacional da Amazônia e aos paradigmas colocados pelo ambientalismo, fizeram com que houvesse uma reconfiguração dos direitos de acesso à floresta por povos extrativistas. Almeida (2004) mostrou como fatores não-planejados, complexos e combinados, culminaram na reconfiguração dos direitos desses povos e na criação de diversas áreas protegidas. Em sua análise, destaca as mudanças políticas reais obtidas via agentes locais por meio de caminhos imprevistos, a despeito dos poderes hegemônicos e de sua capacidade de controlar populações e territórios (Almeida 2004:48).

Particularmente no estado do Amapá, o Governo Estadual buscou exercer um papel ativo nos programas de incentivo às populações extrativistas e na criação de áreas protegidas. Em 1995, o Governo Estadual do Amapá elaborou e apresentou um programa ousado e inovador para a época, incorporando a variável da proteção ambiental como sua principal meta e desafio. O PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá¹ – vigorou de 1995 a 2002 e previa, dentre inúmeras iniciativas, a geração de renda para as populações extrativistas e a melhoria de sua qualidade de vida através da organização de cooperativas, associações e do incentivo ao beneficiamento de produtos a partir da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*).

O presente artigo insere-se no conjunto de discussões contemporâneas, pós década de 90, quando o conhecimento tradicional de povos da floresta passou a ser associado à conservação ambiental. Se no início a categoria congregava apenas seringueiros e castanheiros da Amazônia, hoje expandiu-se abrangendo outros grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a quilombolas do Tocantins, passando por babaqueiras do Maranhão (Carneiro da Cunha 2009:279). Dentre as inúmeras consequências dessa mudança, a mais emblemática refere-se a criação de áreas protegidas, dentre elas as reservas de extração (RESEX) e reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Se a conservação foi inicialmente a arma política em uma luta pela liberdade e por direitos fundiários, atualmente, essas populações encontram-se diante da necessária criatividade para manter seu modo de vida por meio do estabelecimento de diferentes alianças e parcerias.

Este texto aborda, portanto, um desses movimentos. Trata-se do processo de certificação dos castanhais da RDS Iratapuru, que aconteceu em diferentes fases e contextos entre os anos de 2003 e 2013. A etnografia na comunidade São Francisco do Iratapuru foi realizada entre os anos de 2011 e 2016 e está baseada, principalmente, nos relatos das famílias ali habitantes e, no caso deste texto, daquelas que participaram ativamente do processo de certificação de seus castanhais. Um extenso conjunto de documentos sobre o processo de certificação foi também analisado durante e após período de campo. Este artigo propõe apresentar parte desse

processo como uma estratégia, e também uma exigência, colocada aos castanheiros para que pudessem comercializar as castanhas que coletam. Na ocasião, uma importante parceria com a empresa Natura² indicava a necessidade de obter a certificação e também ampliava as possibilidades de futuras parcerias entre empresas e a cooperativa dos castanheiros, a COMARU – Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru.

No decorrer da descrição busca-se apontar para os desacordos no interior do acordo que deu origem à certificação, oferecendo uma reflexão tanto sobre entendimentos divergentes quanto sobre seus processos de estabilização. Nesse processo, o conhecimento das populações extrativistas de castanha é freqüentemente cotejado ao conhecimento de engenheiros, técnicos ambientais e especialistas em manejo florestal, no entanto, antes de demarcar a separação radical entre saber tradicional e saber científico, o artigo argumenta em favor da possibilidade de comunicação e movimento de ambos os modos de conhecer, sem desconsiderar, contudo, a diferença de pressupostos em que estão baseados. Ao final, o texto propõe uma analogia entre as noções de proteção e predação, a partir de exemplos na literatura antropológica, oferecendo uma via de análise alternativa para o encontro de saberes aqui discutido.

CASTANHEIROS E TERRITÓRIO

Até 1992 as famílias que hoje formam a Vila São Francisco do Iratapuru esta-

vam dispersas pelas margens dos rios e afluentes da região do Jarí; conheciam-se por meio de vínculos de parentesco, amizades e encontros anuais nas festividades por eles organizadas. Entre os anos de 1992 e 1994, 22 famílias se reuniram nas margens de confluência dos rios Iratapuru e Jarí e formaram um pequeno agrupamento cujo objetivo era a constituição da primeira cooperativa extrativista da região, a COMARU.

Tão logo o grupo se organizara, começaram os incentivos do Governo do Estado à população do Iratapuru, uma das primeiras da região a experimentar a organização social em forma de cooperativa e a criar uma modalidade de trabalho coletivo diferenciado, sempre atrelada ao modelo de vida das colocações florestais. Assim, as famílias mantinham seu trabalho de coleta e extração nos castanhais, onde permaneciam de 3 a 6 meses por ano e no tempo restante trabalhavam na recém-criada cooperativa, compartilhando o espaço e a vida na recém-formada comunidade.

Além dos mencionados incentivos do PDSA, a COMARU recebeu também incentivos do PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – o qual buscava a consolidação das políticas públicas de uso e proteção das florestas tropicais brasileiras.³ Tal incentivo proporcionou a construção de uma fábrica de biscoitos na comunidade, feita coletivamente pelos próprios castanheiros, com capacidade de produção de cerca de oito toneladas de biscoitos por mês. Os biscoitos eram comprados pelo Governo do Amapá e distribuídos como meren-

da escolar para as escolas públicas do Estado.

A partir das diretrizes estabelecidas pelos programas de incentivo e proteção às florestas Amapaenses e de suas populações locais, foi possível viabilizar a delimitação territorial e a criação formal da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru (RDSI), no ano de 1997⁴. A criação desta área foi de seminal importância para garantir às populações locais acesso às áreas de coleta da castanha-do-brasil e impedir o avanço do domínio territorial da empresa Jarí Celulose, em expansão na época. A RDS do rio Iratapuru possui uma área de 806.184 hectares, situada nos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branco do Amapá, na porção sul do Estado do Amapá. Essa região abriga parte considerável da população extrativista local e seus moradores vivem principalmente da coleta e comercialização da castanha-do-brasil e de sistemas de subsistência local.

Com o fim do primeiro ciclo da borracha (1879-1912) muitos donos de seringais abandonaram suas terras. A castanha, espécie de extrema abundância nas florestas do Jarí, foi se tornando o mais importante produto extrativista, atraindo famílias vindas de outras regiões e aderindo aquelas que já tinham experiência com a extração de borracha. O trabalho intenso na coleta de castanha-do-brasil por entre os maciços de castanhais do Vale do Jarí fazia deslocar homens, mulheres, crianças e todas as coisas de que necessitavam: alimentos, remédios, bebidas alcoólicas, utensílios domésticos, machados, terçados, cestos – deslocavam-se com

eles as toneladas de castanhas coletadas. Catavam ouriços, quebravam, batiam. As castanhas rolavam dentro dos cestos, eram lavadas nas peneiras e, quando secas, acondicionadas em grandes sacas que pesavam entre 60 e 100 quilos, as quais eram *arriadas*⁵ nos ombros dos castanheiros e carregadas pelos rios em barcos e batelões⁶.

Muitas famílias ainda estavam dispersas pelo território, organizadas em *colocações florestais*⁷ relativamente distantes umas das outras. A demarcação e criação da RDS Iratapuru garantiu aos castanheiros o uso e a manutenção desse território. Um aspecto fundamental previsto na criação de uma RDS é a existência e permanência de populações locais, considerando-as parte integrante e fundamental no uso e gestão dos recursos da reserva. Embora o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei SNUC) estabeleça diretrizes sobre o uso destas áreas, não há um plano de manejo único que atenda à todas as Reservas. Por tratar-se de territórios extremamente diversos, com características distintas cujos recursos variam enormemente, cada RDS acaba por desenvolver suas próprias regras de manejo baseadas na experiência e nos modos de habitar daquela população.

Na RDS Iratapuru os próprios castanheiros desenvolveram um conjunto de regras de posse e uso das áreas de coleta de castanha de acordo com suas habilidades, conhecimentos e experiência de vida na floresta. Seus métodos, inúmeras vezes, foram alvo de análise e discussão por distintas instituições públicas e privadas. A ideia de *proteção* e gestão de recursos é frequen-

temente pensada por meio de modelos de sustentabilidade apresentados por especialistas ambientais em fóruns nacionais e internacionais, os quais não costumam incorporar o saber das populações que habitam os territórios alvo de discussão.

Com efeito, a luta dos seringueiros foi emblemática para que a atual conjuntura de criação das Reservas brasileiras se consolidasse. Almeida (2004) mostra como em vinte anos, os povos da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma do desenvolvimento sustentável, narrando a surpreendente transição com base na trajetória de alguns líderes e nas estratégias utilizadas por eles para dar ao movimento social visibilidade nacional e internacional. Assim, o que estes povos extrativistas têm em comum – castanheiros, seringueiros e tantos outros – não é apenas a conquista pela delimitação de territórios de uso e de direito, mas compartilham um modo de vida florestal bastante peculiar e forjado a partir do relacionamento íntimo com animais, plantas, rios e ambiente.

A vida na mata, bem sabemos, nem sempre foi valorizada. Os moradores do Iratapuru se recordam da época em que trocavam uma *medida* de castanha por uma lata de leite em pó⁸. A criação da cooperativa, nesse sentido, foi fundamental para viabilizar recursos financeiros e apoios do governo do Estado do Amapá e também de organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Atualmente os habitantes do Iratapuru fazem seus próprios negócios com empresas e parceiros comerciais. Eles têm o direito de uso da

Reserva e dela tiram seu sustento, seja para consumo próprio, mas também, e principalmente, por meio de sua comercialização. Hoje os castanheiros do Iratapuru possuem uma fábrica no interior da floresta para extração do óleo da castanha e beneficiam-se de um contrato com a maior indústria de cosméticos do país, a Natura Cosméticos.

PROTEÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Em meados dos anos 2000, quando os castanheiros da Vila São Francisco do Iratapuru firmaram seu primeiro contrato com a empresa brasileira de cosméticos Natura visando a comercialização do óleo de castanha para ser usado na fabricação de cremes, sabonetes, xampus e condicionadores, a necessidade de certificação dos castanhais apareceu como um requisito indispensável. De acordo com a Natura:

(...) a certificação serve para que um terceiro órgão, imparcial, confirme a forma de cultivo ou manejo. A maioria das empresas certifica seus fornecedores para poder cobrar mais do consumidor pelo item com certificação. A Natura não repassa este custo. Fazemos isto para garantir a sustentabilidade das pessoas e do ambiente que está na ponta da cadeia. (Entrevista com porta-voz da Natura, setembro de 2011).

A empresa Natura ao propor que as áreas de coleta de castanha fossem certificadas asseguraria que os recursos e matérias prima comprados das pequenas comunidades amazônicas não surtiriam o efeito inverso, isto é, com intenção de proteger o meio am-

biente e valorizar os recursos naturais do Brasil, a empresa precisaria garantir que sua estratégia comercial não faria exatamente o oposto: degradar o meio ambiente ou prejudicar os recursos em razão de coleta desmedida, o que convencionou-se chamar de manejo predatório.

São freqüentes e numerosos os conflitos de pressupostos e desentendimentos que permeiam os acordos entre empresas e populações amazônicas, conforme mostram diversos trabalhos baseados em experiências etnográficas (Waddington 2002; Pimenta 2010; Coelho de Souza 2010). A necessidade de certificação das áreas alvo de atividade extrativista com fins comerciais aponta para a questão: quem, afinal, tem o conhecimento necessário para manejar o meio ambiente? Essa problemática emerge em um contexto posterior àquele que garantiu a demarcação de inúmeros territórios e reservas no Brasil. Se naquele momento, a noção de que as populações amazônicas eram conservacionistas por excelência exerceu grande influência, atualmente, espera-se que organizações sem fins lucrativos ou conglomerados empresariais com suas alianças de grande alcance, entrem em cena na garantia da proteção ambiental.

Os castanheiros são povos que realizam, há décadas, o trabalho de coleta da castanha-do-brasil para consumo e/ou comercialização. É bem aceita, inclusive, a hipótese de que tenha sido justamente a manipulação da castanha-do-brasil por povos pré-colombianos o que permitiu sua considerável expansão pela Amazônia (Shepard &

Ramirez 2011; Scoles & Gribel 2011). Essa hipótese faz coro ao debate antropológico acerca das importantes implicações que tiveram as intervenções humanas na produção da *mega* diversidade biológica e na constituição da atual paisagem Amazônica (Balée 1994, 2010; Carneiro da Cunha 2012; Descola 2012). Atualmente, e face ao embate epistemológico, a necessidade de ampliar as vozes e perspectivas que problematizam as crises ambientais vem ocupando a antropologia em suas diferentes frentes de investigação, onde a colonização da natureza (e do pensamento) tem tomado as mais diversas formas (Santos 2003; Escobar 2011).

A castanha-do-Brasil é considerada o mais importante produto amazônico (não madeireiro) e o único comercializado em todo mundo exclusivamente por meio de atividade extrativista florestal. As árvores castanheiras vivem por centenas de anos e podem alcançar 60 metros de altura, seus ouriços amadeirados e esféricos pesam entre 500 gramas e 2,5 quilos e contém entre 10 e 25 castanhas. Acredita-se que aberturas e clareiras na floresta, criadas por atividades ameríndias, tenham permitido a germinação de muitos castanhais. Em *Pedra Pintada* – um sítio paleolítico na Amazônia central ocupado há 11.000 anos – foram encontradas castanhas carbonizadas, uma evidência clara e documentada acerca do consumo de castanha por povos antigos (Shepard Jr. & Ramirez 2011). Nessa versão, as castanhas são mais antropogênicas do que possuidoras de uma origem determinada apenas pela ordem natural.

O trabalho de coleta e o extrativismo deixaria de ser visto como uma atividade potencialmente destruidora para tornar-se, ao contrário, o trabalho fundamental que permitiu a dispersão e a regeneração das árvores castanheiras. Tal perspectiva coloca em dúvida que o trabalho extrativista seja uma atividade com impactos negativos ao meio-ambiente.

Particularmente em relação a RDS Iratapuru, pode-se dizer que dada a ampla extensão de seu território (806 mil hectares) e face ao número reduzido de famílias que lá habitam (em 2007 eram 184 pessoas e em 2011, 189), os castanheiros não conseguem explorar sequer 1% do potencial de extração da Reserva (Le Tourneau et al. 2008: 06-12). Além disso, trata-se de um grupo praticamente sem histórico de acidentes e mortes em região de castanhais, já que são exímios conhecedores dos períodos de floração, maturação e queda dos ouriços. Possuem também regras muito específicas em relação ao uso e permanência nos castanhais, constroem barracões que os abrigam durante os meses de coleta ou servem para pernoite durante as longas viagens de barco, as quais podem levar até 7 dias.

Os castanheiros conhecem, como ninguém, todas as implicações e perigos da vida na mata e do trabalho que realizam, além de dominarem as técnicas, instrumentos e artefatos para viabilizar a coleta de maneira segura e eficiente. A necessidade de certificação das áreas de coleta apareceu mais como um fator exógeno que possibilitaria novos acordos de comercialização do que como uma necessidade inerente à

atividade extrativista ou aos próprios castanheiros. O processo de certificação, uma das exigências dos contratos firmados com a Natura implicou em mudanças significativas na vida e na rotina de muitas famílias, algumas visíveis a curto prazo e de implicações imediatas, outras conhecidas apenas a longo prazo e com implicações pouco reversíveis.

O FSC⁹ (Conselho de manejo florestal), é uma organização internacional sem fins lucrativos criada em 1993. Trata-se de um renomado organismo que, dentre outras coisas, certifica áreas florestais com manejo de recursos naturais. No Brasil, a *Rainforest Alliance* (RA&SW) representada pelo IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, organização sem fins lucrativos localizada em Piracicaba, SP –, é o responsável por fazer as auditorias que viabilizam o processo de certificação com base nas regras estabelecidas pelo FSC. Em documento, o IMAFLORA explica que “o FSC é uma organização internacional, sem fins lucrativos, com o objetivo de incentivar e de premiar, com a certificação, comunidades e pequenos produtores que fazem o bom manejo de suas florestas” (Conf. documento do IMAFLORA intitulado Certificação Florestal FSC: Entenda os procedimentos simplificados de auditoria SLI-MF). Em seu relatório anual de 2012, o instituto contabiliza “4,9 milhões de hectares certificados em todo o país, 41 mil trabalhadores assalariados beneficiados e 867 mil hectares de ecossistemas naturais protegidos. É com esse saldo que o Imaflora comemora o ano

de 2012 que contribuiu para a consolidação de seu plano estratégico” (conf. Relatório de atividades e de resultados 2012:03).

Uma característica peculiar à formação de redes transnacionais de proteção ambiental, como é o caso do FSC é, justamente, o modo como elas articulam e estendem seu aparato burocrático. Esse foi tema da pesquisa de Morawska (2015) para quem a presença de ONGs na mediação de processos que envolvem populações vulneráveis é justamente uma forma de criar um tipo de chancela tutelar que assegura as práticas dessas populações e as torna inteligível à outras instituições. Os documentos, nesse sentido, movem a própria engrenagem da máquina burocrática, tornando-se imprescindíveis.

A certificação, portanto, aparece como capaz de assegurar a adequação de determinadas práticas de manejo. É preciso considerar, contudo, que apesar de se tratar de uma organização não-lucrativa, o processo de certificação envolve altos custos e é praticamente inviável para pequenas comunidades amazônicas. Reconhecendo este obstáculo, o IMAFLORA passou a oferecer aquilo que seria um processo simplificado de certificação e, portanto, menos oneroso àqueles que precisam obtê-la. A certificação, em geral, é válida por cinco anos, porém, é exigido um monitoramento anual para verificar se as regras acordadas estão sendo cumpridas. Uma vez obtida, a certificação não se mantém sem este monitoramento.

Em meados de 2003, o Imaflora realizou a primeira auditoria na Comuni-

dade São Francisco do Iratapuru. Na ocasião, havia aproximadamente trinta e cinco famílias associadas à cooperativa COMARU¹⁰. Destas, apenas sete aceitaram participar do processo de certificação. A certificação é um processo voluntário sendo que as famílias podem aderir ou não às exigências da certificadora, no entanto, caso não o façam, elas não poderiam se beneficiar dos contratos entre cooperativa e empresa Natura, já que a empresa só compraria as castanhas proveniente de áreas certificadas.

O processo de certificação, grosso modo, é elaborado a partir de diretrizes gerais – aplicáveis a qualquer tipo de manejo de acordo com as premissas do FSC – e específicas, aplicadas a depender do tipo de produto extraído, da espécie e do ambiente. No caso da certificação dos castanhais da RDS Iratapuru, as diretrizes gerais que mais impactavam os castanheiros relacionavam-se à i) relações comunitárias e direitos dos trabalhadores; ii) proibição de trabalho infantil; iii) utilização de equipamentos de segurança individual (EPI); dentre outras implicações específicas que envolvem as áreas de coleta e o manejo florestal durante o período de extração da castanha, tais como documentação de demarcação de castanhais; segurança nos transportes terrestre e fluvial; tempo e modo de permanência nas áreas de coleta; etc.

Sobre os aspectos acima mencionados caberia descrever alguns dos principais conflitos de pressupostos tornados visíveis nesse processo. Uma questão muito relevante diz respeito ao fato de que ir aos castanhais e lá permanecer

não era entendido como um tipo particular de trabalho ou orientado apenas por demanda produtiva, trata-se de uma atividade absolutamente imbricada na vida cotidiana e doméstica dos castanheiros. A subida aos castanhais é entendida como a mais fundamental atividade exercida pelas famílias do Iratapuru. Da subida dependem e irradiam todas as demais atividades. Mesmo fora do período de coleta de castanhas – anualmente entre os meses de Abril e Julho – os castanheiros encontram razões para subir aos seus castanhais: monitorar a floração das árvores a fim de saber se na próxima safra haverá muita ou pouca castanha, observar o andamento da roça e das plantações realizadas na área do castanhal, verificar o estado dos seus barracões, fazer melhorias e manutenção antes da época de safra, etc.

A dinâmica de ajuda/trabalho é bastante peculiar. Em determinados casos, a depender do grau de parentesco, o total do valor recebido pelas castanhas coletadas é dividido igualmente entre todos os membros que fizeram juntos a subida, ou ainda, pode ser dividido com os *donos do castanhal* que, por alguma razão, não puderam fazer a subida naquele ano (idosos, com problemas de saúde ou impedimentos de outro tipo, por exemplo). Noutros casos, cada um recebe o equivalente ao seu trabalho de coleta, ou seja, ao seu *amontoado*. Há casos ainda em que ajudantes ganham diárias para trabalhos específicos nos castanhais tais como *quebrar, amontoar, arriar* etc. Por essa razão, é muito difícil regular a “atividade

trabalhista” de amigos, parentes, ajudantes ou contratados envolvidos na coleta.

O sistema de herança e direito ao castanhal também carrega sua complexidade. Grosso modo, o direito ao castanhal é assegurado ao casal/família que viveu em determinada colocação florestal antes de se mudarem para a comunidade. Ou então, quando estes chegaram à comunidade começaram a trabalhar em determinado castanhal abandonado, construindo ou melhorando barracões, fazendo novas roças e cuidando daquele espaço, tornando-o, deste modo, posse da família. Ocorre também a compra-venda de castanhais. Se uma família decide abandonar definitivamente a região, ou algum castanheiro que permaneceu vivendo em sua colocação florestal de maneira solitária sente que não pode continuar a realizar o trabalho de coleta e extração, este poderá comercializar seu castanhal, vendendo-o para outra família.

Também existe a possibilidade de abrir novos castanhais. Para isso o castanheiro precisará escolher uma área sem uso e analisar se há um número suficiente de árvores castanheiras, relativamente próximas umas das outras, que justifique a empreitada de abertura de um novo castanhal. Tal tarefa exige muito trabalho prévio de abertura de caminhos pela mata, identificação de picos, conhecimento profundo sobre a área e os percursos possíveis de acesso via igarapés e trilhas na floresta. Também é necessário dinheiro disponível para as muitas viagens ao futuro castanhal, antes que ele esteja preparado para a atividade anual de *tirar castanha*.

Um aspecto bastante relevante é o fato da posse do castanhal (expressa no termo *dono de castanhal*) estar intimamente ligada ao uso e cuidados com a área de coleta. Assim, não é possível manter a posse se não houver proximidade, uso, dedicação e trabalho intenso na área da colocação florestal. Por conseguinte, os filhos que acabam por acompanhar os pais no trabalho de coleta e extração vão, paulatinamente, assumindo a posição destes ao longo dos anos e tomando a frente do trabalho extrativista quando os pais se encontram idosos ou impossibilitados fisicamente. Nestes casos, os benefícios da coleta de castanha (dinheiro, alimentos ou bens materiais) são compartilhados com os pais, independente se estes continuam ou não a trabalhar nos castanhais.

Nesse sentido, a noção de “trabalho infantil” não encontra lugar no modo de vida castanheiro. A extração de castanha é, pois, um modo de vida, uma forma de manter relações entre pessoas, parentes, amigos e vizinhos, mas também com plantas, animais e rios. Muito se aprende na subida aos castanhais, não apenas relacionado à atividade de extração, mas à própria vida e sobrevivência na mata. Como demonstrado em outros textos (autora, 2016, 2018), as técnicas diversas que possibilitam o modo de vida castanheiro não são aprendidas de maneira formal, mas *feitas* por meio da convivência e da participação. Aprender a caçar, a pescar, a manusear o barco, a andar pela mata exige a feitura do próprio corpo, as técnicas artefatuais e corporais são fundamentais para o modo de vida castanheiro. Em geral, uma criança de 3

anos já está apta a acompanhar os pais ou avós na proa do barco, aprendendo a *olhar* o movimento dos rios e seus obstáculos. Aos 4 ou 5 anos é muito comum ver crianças manuseando terçados ou facões, cortando mato e limpando pequenos peixes. Além disso, o trabalho de coleta é uma atividade que envolve todos os membros da família em diferentes atividades e de acordo com suas aptidões físicas e sociais. O fato de as crianças serem impedidas de subir aos castanhais para atender às exigências das instituições certificadoras traz implicações severas à estrutura convencional da coleta de castanha, quiçá irreversíveis. O menino que até os quatorze anos não se envolveu no trabalho de coleta, dificilmente o fará depois. Muito embora a rotina do castanhal esteja voltada para o trabalho extrativista, ela é dirigida por um modo particular de vida no interior da mata. Quando uma família tem a possibilidade de permanecer meses na colocação florestal, todos os membros participam e realizam diferentes tarefas, as quais viabilizam o trabalho de coleta, mas também permitem o lazer e um tipo de interação diferente daquela vivida na comunidade.

No interior das florestas de castanha, os castanheiros levantam-se com o sol. As mulheres preparam o café e acomodam-no nas garrafas ao mesmo tempo em que já começam a feitura da merenda (almoço). Os que irão *catar* castanha preparam seus instrumentos, organizam ferramentas e decidem os piques nos quais irão trabalhar durante o dia. Começa a caminhada, ela pode levar até duas horas, dependendo da distân-

cia entre o pique e o barracão principal. Nas costas, dentro do paneiro, o castanheiro carrega sacos e sacolas, instrumentos, armas, merenda, água e a alimentação que irá necessitar durante o dia. Chegando ao pique, ele escolhe um lugar para amontoar os ouriços e lá também repousa os instrumentos e alimentos levados. Começa a *catação*. O castanheiro caminha lentamente, com ritmo, olhos voltados para o chão, seguindo a trilha aberta. Usa o *cambito* – uma espécie de tridente – para apunhalar com precisão os ouriços espalhados pelo chão. Arremessa-os diretamente ao paneiro das costas, ou retira o ouriço com as mãos e joga no paneiro. Assim segue caminhando até que seu paneiro esteja cheio. Um paneiro pode acomodar de 60 a 100 quilos, em geral, esse é o peso suportado pelo castanheiro durante o trabalho de coleta. Cada paneiro demora em média de 10 a 30 minutos para ficar cheio – dependendo da destreza do castanheiro, de sua idade e da distância das árvores castanheiras naquele pique – devendo então o castanheiro retornar ao seu amontoado de ouriços para esvaziar o paneiro e recomeçar a catação.

Durante o processo de certificação, engenheiros, técnicos e especialistas do IMAFLORA acompanharam os castanheiros ao longo de alguns dias no interior dos castanhais da Reserva. Uma necessidade que se impôs, de acordo com as regras internacionais de certificação era a necessidade de usar equipamentos de segurança, os chamados EPI's (Equipamentos de Segurança Individual). Para o trabalho de coleta, foram sugeridos capacetes e coletes de

identificação. Sobre esse aspecto, um castanheiro relatou:

Imagine você andando horas pela mata, carregando quase 100 quilos de castanha nas costas, com um capacete pesando na sua cabeça. Eu pedi para o técnico caminhar 15 minutos com o paneiro cheio nas costas e o capacete na cabeça, queria ver se ele agüentava, se ele agüentar a gente usa, eu falei. Ele nem conseguiu sair do lugar. (Sebastião Freitas, entrevista, dez. 2011)

O relato mencionado faz parte de um conjunto de negociações que foram feitas entre castanheiros e técnicos no interior dos castanhais durante o processo de auditoria. Nessa ocasião, os técnicos buscavam maneiras e argumentos para justificar algumas exceções em razão das especificidades regionais.

Assim que o paneiro enchia o castanheiro retornava ao local onde amontoara os ouriços e jogava-os no chão num movimento rápido de agachar-se e encurvar-se, de modo que os ouriços rolassem com velocidade sem que fosse necessário retirar o paneiro das costas. Quando seu amontoado de ouriços estava grande o suficiente – entre cinco e dez paneiros cheios derramados – começava o trabalho de *quebração*. Caso o castanheiro trabalhasse com outros, filhos ou ajudantes, cada um teria seu amontoado em relativa proximidade para que pudessem conversar durante o trabalho de abertura dos ouriços.

Cada castanheiro senta num pedaço de pau – árvore cortada ou tronco – pega um ouriço, apóia-o em outro pedaço

de pau, segura com a mão esquerda e arremessa com a mão direita, num só golpe, o facão ou machado na extremidade superior do ouriço, próximo à mão. Segue girando o ouriço e aplicando golpes menores, fazendo com que salte do ouriço uma espécie de tampa perfeita. O castanheiro retira, então, o umbigo do ouriço – broto central que deu origem as castanhas – e o descarta. Bate com a boca do ouriço virada para baixo no *batedor* (um tipo de peneira feita artesanalmente com cipó titica), ou diretamente num paneiro para que as castanhas rolem. Assim ele prossegue, quebrando ouriço por ouriço.

No barracão principal as mulheres realizam outras atividades. Em geral, nos arredores do barracão encontra-se a roça. Esta é cultivada e cuidada todos os anos. Colhem as frutas, mandiocas e tubérculos plantados no ano anterior e trabalham na plantação e cuidados de novos frutos. Organizam a alimentação, o barraco, lavam roupas e utensílios no rio. Cuidam das crianças, fazem pequenas caminhadas pela mata e recebem compadres e comadres de passagem. Muitas mulheres, com seus filhos e filhas, quando optam por acompanhar os maridos nos piques de castanha, lá cuidam da alimentação, separam e lavam as castanhas e auxiliam no trabalho de ensacá-las. Outras participam ativamente da *catação* e *quebração*, em particular, quando o marido não conta com outros ajudantes. As castanhas, já fora dos ouriços, são levadas à beira do rio e lavadas com a ajuda da peneira. As castanhas *chochas* (vazias ou podres) bóiam e são descartadas. As demais são separadas para secagem e

depois ensacadas. As sacas de castanha são acomodadas no barracão principal ou nos demais barracões e ficam separadas aguardando o momento em que serão arriadas. É na atividade de coleta de castanhas, e em todos os aspectos que a envolve, que se encontra o vigor da vida dos castanheiros. Ela funciona como uma espécie de núcleo central do qual irradiarão as demais ações, preocupações e trabalho dos extrativistas. Quando as castanhas chegam à Vila um novo ciclo de interações começa fazendo com que os castanheiros continuem a buscar alternativas para vender suas castanhas de maneira integrada, com a intenção de dar continuidade à manutenção do trabalho fabril organizado há anos pela COMARU.

É diante deste contexto, portanto, que as implicações relacionadas ao processo de certificação dos castanhais da RDS Iratapuru têm lugar. O processo de certificação é pensado como um conjunto de regras que otimiza, torna segura e sustentável a atividade de coleta de castanha-do-brasil. No entanto, tal formalização necessariamente aparta a atividade de coleta da vida cotidiana destas famílias, reconfigurando o modo como se relacionam com a mata e com a própria atividade de extração. A proibição de levar crianças e menores nas áreas de coleta afeta profundamente o sistema familiar de subida. Se as crianças precisam permanecer na Vila, as mães precisarão igualmente lá permanecer. O castanheiro, sem sua família – esposa, filhos pequenos, ajudantes e aprendizes – não consegue realizar o trabalho da mesma maneira, precisando se responsabilizar por

todas as etapas do processo (catar, quebrar, lavar, ensacar e arriar as castanhas), inclusive, pelas demais atividades que garantem sua sobrevivência na mata: caçar, preparar alimentos, colher frutos, cuidar da roça, fazer reparos no barracão etc. Essa é uma implicação fundamental e importante na rotina de atividades dos castanheiros e, sobretudo, na sua manutenção à longo prazo. Outras exigências, tais como utilização de equipamentos de segurança individual (capacetes, protetores, coletes etc.) também não se adéquam ao modo de vida dessas famílias.

Além desses fatores, os próprios métodos de coleta e manejo florestal dos castanheiros são colocados sob escrutínio durante o processo de certificação. Os documentos elaborados pelo IMAFLORA revelam muitas das imprecisões acerca dos cálculos técnicos relacionados ao volume de castanhas coletadas e às especificidades das áreas de coleta alvo da inspeção para a certificação. O relatório público explica que “a capacidade produtiva dos produtos manejados varia bastante e de certa forma é ainda desconhecida. (...) o volume de produção será constantemente acompanhado pelo Imaflora, que inseriu condições nesse sentido”¹¹. A empresa trabalha de acordo com os dados fornecidos pelos castanheiros e a partir destas informações elabora conjecturas e faz as aproximações necessárias para que estes dados se tornem adequados às regras exigidas pelo FSC. O que a certificadora faz, sobretudo, é uma espécie de tradução dos métodos de coleta, tornando-os inteligíveis ao mundo corporativo-burocrático.

Dito de outra maneira, a certificadora organiza as informações dos castanheiros em tabelas, gráficos e descrições passíveis de serem compreendidas por outras empresas, as quais compartilham das mesmas práticas de conhecimento. Além disso, ela faz outro trabalho fundamental, o qual não poderia ser feito pelos castanheiros justamente por estes não dominarem a linguagem destas corporações e de seus aparatos institucionais, qual seja, o de documentação¹².

O relatório público, alvo de descrição e análise, não faz outra coisa senão estabilizar, por meio de um documento, as práticas dos castanheiros, tornando-a compatível à normatividade institucional. Pensar os documentos como “artefatos do conhecimento moderno” (Riles 2006) aparece como uma alternativa viável, uma vez que as práticas de documentação caracterizam, não apenas as instituições burocráticas, mas a própria vida moderna. O trecho a seguir, contribui para esta compreensão:

O manejo/coleta de castanha é realizado seguindo a forma de extração tradicional, comum em toda a Amazônia. No caso da RDS, a família do manejador se desloca para a colocação durante o período de coleta de castanha (janeiro a março) onde ficam instalados em acampamentos provisórios. A coleta é realizada diariamente pelo proprietário da colocação em companhia de seus filhos mais velhos e eventualmente de outros moradores da comunidade que auxiliam na coleta em troca de participação nos lucros. As mulheres e os filhos mais

novos ficam no acampamento providenciando e preparando a comida para toda a família. (Documento Resumo Público de Certificação, Fev. 2004:07)

O excerto acima descreve a atividade dos castanheiros a partir de outra perspectiva, ou seja, faz-se questão de enfatizar que a extração é feita de maneira *tradicional*, embora não seja especificada. A descrição também reforça que os filhos mais velhos são os que trabalham enquanto os mais novos ficam na companhia de suas mães. Não cabe aqui discorrer sobre a aderência dessa descrição às práticas cotidianas dos castanheiros do Iratapuru, tampouco avaliar se ela corresponde a um tipo de realidade particular, antes, procura-se evidenciar o caráter *artefatual* deste documento, isto é, sua capacidade de produzir uma realidade específica – a de coleta de castanha no interior da Amazônia – sob uma perspectiva igualmente específica. Neste procedimento, o de *documentação*, o Imaflora realiza um movimento duplo e necessário à sua constituição. Ele faz existir um tipo de realidade particular - a coleta de castanha no Iratapuru – vista e descrita sob a perspectiva institucional de orientação produtiva, ao mesmo tempo em que evidencia o modo de operação burocrático-corporativo, isto é, expõe o seu regime de saber.

O trabalho empresarial do Imaflora, destinado a produzir a *certificação* dos castanhais do Iratapuru, justifica sua existência por meio de uma noção ampla e genérica de proteção ambiental, seguindo as prerrogativas elaboradas pelo FSC:

Uma organização não governamental e sem fins lucrativos, criada para contribuir com a promoção do manejo cuidadoso e não-predatório. O selo [a certificação] oferece um link confiável entre a produção e o consumo responsáveis de produtos florestais, permitindo que consumidores e empresas tomem decisões em prol do bem das pessoas e do ambiente¹³.

Essa afirmativa contém um ponto de interesse. Uma das principais atribuições do FSC é evitar a *predação* do meio ambiente, neste caso particular, evitar a atividade inadequada de exploração à exaustão dos castanhais, o que poderia acarretar no extermínio deste recurso.

Deste ponto de vista, a necessidade de certificação aparece como paradoxal. Ela tem como objetivo evitar a coleta *predatória* da castanha do Brasil e para isso reconhece que o método de coleta da comunidade do Iratapuru é de baixo impacto e de baixa intensidade, este fato, contudo, não exige a comunidade da certificação, ao contrário, a insere em uma nova categoria criada instituição, a SLIMF (*Small and Low Intensity Managed Forests*). Essa categoria foi criada para viabilizar a certificação às pequenas comunidades. Considerando que este processo é oneroso e burocrático, o SLIMF possibilita que a certificação seja realizada por meio de sua simplificação, principalmente através da pesquisa de campo por período reduzido (visita na região, conversa com os castanheiros, coleta de dados sobre as práticas de extração), por um número reduzido de auditores e, sobretudo, de sua *documentação* (elaboração de relatórios técnicos e descritivos). O pa-

radoxo está no fato de que esta nova categoria de certificação reconhece que as práticas dos castanheiros sejam de baixa intensidade e, portanto, não prejudiciais ao meio ambiente. Logo, qual a razão da empresa se certificar (certificando-os) de que práticas não-predatórias sejam, de fato, não-predatórias?

Alguém poderia dizer que não há como saber, de antemão, que estas práticas não sejam prejudiciais ao meio ambiente, isto é, sem que técnicos orientados por um regime específico de saber e por regras pré-definidas as avalie. Assim, é justamente esta a tarefa da documentação. Ela produz uma realidade particular acerca da coleta de castanhas e impõe restrições, muitas vezes arbitrárias – elaboradas a partir de pressupostos acerca do que é bem-estar, saúde, segurança etc. – ao mesmo tempo em que justifica seu próprio trabalho e gera a confiança para outras empresas, tais como a Natura.

É nessa direção, portanto, que evitar a *predação* e *proteger* o meio ambiente pode ser considerado também como um ato predatório. Ao certificar uma área florestal na RDS Iratapuru, motivada a “evitar a predação da castanha” a empresa se alimenta daquele espaço, justifica sua existência e suas práticas em detrimento daquelas dos castanheiros. As regras da certificação geram um impacto significativo na transformação da dinâmica de coleta dos castanheiros, os quais passam a modificar sua maneira de organizar-se e a dinâmica a partir da qual viabilizam o trabalho de extração de castanhas. A fim de adaptarem-se às regras e valores exigidos pela certificadora, tornam-se presas de um regime

de saber particular, incorporando-o à suas práticas, e refazendo seu modo de vida e de conhecimento.

PREDAÇÃO E MODOS DE EXISTÊNCIA

O problema etnográfico aqui descrito trata os termos *proteção* e *predação* a partir de um contexto muito singular: o da certificação florestal dos castanhais da RDS Iratapuru e as práticas de manejo ali investidas. A literatura antropológica, contudo, nos oferece uma abordagem instigante sobre o tema, ainda que proveniente de circunstâncias etnográficas distintas. O modo de análise comparativo/análogo aparece como uma via alternativa para compreendermos o problema que envolve o encontro de distintos modos de conhecimento baseados em pressupostos divergentes.

O problema da predação na Amazônia tem sido amplamente debatido (Fausto 1997; Rivière 2001; Viveiros de Castro 2002; Bonilla 2005; Vilaça 2008). Em etnografia sobre os Parakanã, Carlos Fausto (1997) propõe um modelo geral para compreensão dos fenômenos de violência guerreira na América do Sul indígena. Seu modelo parte de três pontos: a) os sistemas ameríndios se organizam em torno da produção de pessoas, não de bens materiais; b) boa parte das cosmologias do continente associa interioridade e identidade à esterilidade, fazendo com que a reprodução generalizada do grupo dependa simbolicamente da relação com o exterior e com a alteridade; c) a predação é o principal esquema de interação com o exterior. O que o modelo proposto

por Fausto (1997) sugere é pensar a reprodução das sociedades ameríndias, tendo como núcleo da análise o complexo da guerra, por meio de dois conceitos principais e intrinsecamente articulados: predação (consumo produtivo)¹⁴ e familiarização (predação familiarizante).

A predação familiarizante mostra que a relação estabelecida entre matador e vítima após o homicídio é concebida como uma relação de *controle e proteção*, muitas vezes pensada como filiação adotiva (Fausto 1997:269). Essa observação é interessante à medida que subverte modos de relação (neste caso matador/vítima) pensados como essencialmente contraproducentes. Uma vez capturada, a vítima tem seu estatuto transformado, antes inimigo, agora, protegido ou adotado.

Cabe aqui algum exercício reflexivo para pensarmos a chegada das práticas de conhecimento de instituições modernas às populações amazônicas, como é o caso da certificação. Aquele que antes era potencialmente predador [da floresta/natureza] na perspectiva dessas instituições, uma vez por incorporado torna-se, então, seu aliado. Os castanheiros são vistos, paradoxalmente, como potenciais predadores e exímios protetores de áreas preservadas nas Reservas do Amapá. Deste paradoxo deriva o fato de que é a transformação de suas práticas – em relatórios, planilhas, tabelas, documentos, em suma, sua inserção no mundo da techno-burocracia – que permite assegurar seu lugar como “protetor da floresta” e não como predador.

Ao analisar os diferentes pontos de vista entre promotores do desenvolvimento sustentável na Amazônia e as populações que lá habitam, Le Tourneau & Kohler (2011) buscaram compreender o discurso muitas vezes decepcionado de ambas as partes. Os autores enfatizam a nostalgia de muitos moradores em relação ao *sistema antigo*, com a presença dos padrões no tempo do aviamento¹⁵. Nessa época o “bom patrão” era aquele que cuidava para que o castanheiro não fosse embora, alimentado-o durante o período de trabalho e não lhe deixando faltar remédios quando adoecia. “Num regime clientelista, com efeito, o patrão trata bem o freguês e o recompensa em natureza: o salário remunera o trabalho, mas o café e a merenda significam a relação paternalista, ou seja, dão um sentido social à relação estabelecida, uma relação privilegiada” (Le Tourneau & Kohler 2011:194). Alguém poderia dizer que o contexto amazônico vivido por povos extrativistas difere daquele abordado por etnólogos na compreensão da predação ameríndia, entretanto, não são poucos os casos de povos indígenas também submetidos a contextos relacionais semelhantes.

Bonilla, ao observar aspectos gerais da cosmologia Paumari, surpreende-se com a insistência dos Paumari em transformar suas relações com outros em relação comercial a partir das categorias *patrão/freguês* e *patrão/empregado* (2005:41). Os Paumari descrevem a si mesmos como potenciais vítimas nas relações com Outros – sejam índios vindos de longe para devorá-los ou brancos para matá-los ou escravizá-los.

Envolvidos na economia do aviamento instaurada no Purus no final do século XIX, durante o surto da borracha, os Paumari comportam-se como se fosse mais interessante cobrar algo do que realmente obtê-lo. É nesse sentido que Bonilla (2005:49) descreve o ponto de vista da presa, que é também objeto de familiarização.

O que nos interessa, nesta economia da predação, é precisamente a reflexão que oferece sobre a dialética entre *interior* e *exterior*. A predação é pensada pela antropologia como um tipo de relação social prototípica nas cosmologias ameríndias (Viveiros de Castro 2002:164). Contudo, se a tarefa da antropologia é justamente a de comparar antropologias (Viveiros de Castro 2004:03), por meio da noção de predação amazônica poderíamos compreender um tipo de relação análoga à lógica da predação discutida por alguns etnólogos. Viveiros de Castro escreve:

As relações amazônicas de predação, apressa-me a sublinhar, são intrinsecamente relações sociais. A reciprocidade inerente à predação canibal já sugere que se trata aqui de uma predação subjetivante, interna ao mundo das relações de que falava Lévi-Strauss. Ela nada tem a ver com a produção objetivamente moderna, que supõe uma relação neutra, impossível nas cosmologias ameríndias, onde se defrontam Sujeito humano ativo e um Outro inerte e naturalizado. A predação generalizada ameríndia é uma figura do mundo “do dom e da luta dos homens”, não do mundo do trabalho e do domínio das coisas: ela pertence à troca, não à produção.

(...) A predação é uma predicação da humanidade, e seu predicamento (2002:166-167).

Talvez o modo de predação subjetivante não seja terreno exclusivo das cosmologias ameríndias. Tampouco a constituição Moderna¹⁶ limita-se a um modo de produção objetivante. Nesse sentido, uma nova modalidade de *predação* se apresenta. A atividade institucional das certificadoras não é apenas *simbolicamente* predatória. Atenta-se para o fato de que nos mecanismos de operação dessas instituições modernas, encontra-se um instrumental muito específico, cujo funcionamento prático e técnico permite disseminar e legitimar seus modos de conhecimento, mostrando-os como inquestionavelmente superiores. Nesse sentido, seu *modo de existência*¹⁷ é muito similar ao científico.

A predação institucionalizada, que promove também um tipo de relação dialética entre exterior e interior, conecta regimes de saber que se conformam sob bases efetivamente distintas, colocando-os em estado de comunicação e troca. A relação predador/presa mantém seu mecanismo de inversão e instabilidade. Em outras palavras, quando o Imaflora justifica sua existência a fim de evitar “práticas predatórias” de manejo florestal, ela torna-se predadora de um regime de saber particular, e a ele incute seus valores e procedimentos, transformando-o. Este regime, por sua vez, também incorpora as externalidades – por exemplo, quando é criada uma estrutura organizacional entre os extrativistas ou quando castanheiros trabalham no preparo de relatórios, planilhas e apresentações, assumindo,

assim, uma nova maneira de apresentar sua relação com a floresta e seu manejo.

O “selo verde” que atesta a certificação dos castanhais do Iratapuru também oferece aos castanheiros a possibilidade de entrar em relação com um *regime de saber* dominante e poderoso, qual seja, o do universo das empresas e das instituições Modernas, com elas trocando e fazendo negócios que também poderão os beneficiar. Ao serem certificados, eles ingressam na dialética produtiva e subjetiva e, não há como negar, dela também tiram o seu proveito. Nessa direção, não precisaríamos necessariamente opor a *produção de pessoas* à de *bens materiais*. Os fenômenos da Modernidade incorporam uma coisa sem abrir mão da outra. O “selo verde” pode ser pensado como um produto, uma mercadoria interessada em capitalizar recursos a partir de um ideal ambiental (produção objetivamente). Contudo, este regime não abre mão da *predação subjetivamente*, observada no tipo de relação estabelecida entre os castanheiros da Amazônia e instituições de certificação: *predando-os* em nome de um manejo florestal não-predatório e deixando-se ser *predada* pelas estratégias criativas de povos amazônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história recente de populações extrativistas e a atual demanda Moderna de inseri-las em um sistema econômico marcado pela circulação de mercadorias verdes possui um caráter ambíguo de dependência e emancipação.

O sistema de certificação aparece, por um lado, como uma forma de controle e gestão de pessoas e territórios amazônicos, inculcando a ambos um modo orientado de se relacionar e de perceber a floresta e o ambiente. Por outro, as certificações florestais inserem castanheiros e outros povos extrativistas em um arcabouço de valores que garantem a manutenção de seu modo de existência. A criação da RDS Iratapuru contou com o acompanhamento de órgãos federais e estaduais – Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente – para elaboração de programas *participativos* de gestão territorial e ambiental. Entretanto, esses mecanismos não são suficientes quando essas populações adentram às engrenagens da Modernidade.

A história de resistência de seringueiros, castanheiros e outras populações amazônicas, aliada a conjuntura política de luta por direitos territoriais fez com que muitos povos da floresta pudessem conquistar espaços de habitação e usufruto por meio da criação de Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Os extrativistas ganharam autonomia relativa no uso e na gestão dos recursos naturais de seus territórios. Tal autonomia tornou estas populações atraentes às grandes corporações no estabelecimento de parcerias, acordos e contratos comerciais.

Este artigo buscou refletir sobre uma das implicações dessas alianças: o processo de certificação dos castanhais da RDS Iratapuru. Atentou-se para alguns desacordos no interior do acordo da certificação, bem como buscou apon-

tar criticamente para alguns de seus efeitos, colocando em relevo as ambigüidades e arbitrariedades de um sistema de regras e valores que constringe muitas das práticas de coleta convencionalizadas há anos pelos castanheiros da região. Nesse sentido, a economia da predação ofereceu uma moldura analítica alternativa para pensarmos nesses modos de conhecimento como passíveis de estabelecer comunicação e troca. Em particular, a relação entre o *interior* de regimes de saber específicos e seu *exterior*, foi pensada de maneira alargada e em múltiplas direções. A atividade dos castanheiros – e inúmeras outras atividades relacionadas ao uso de recursos naturais – foi alvo de controle e intervenção sob a premissa do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental. É assim, portanto, que ONG's, empresas privadas e institutos ambientais destinados a criar e manter novas modalidades comerciais alimentam uns aos outros, ao mesmo tempo em que se alimentam de práticas de conhecimento alheias ao seu regime.

Por outro lado, se observamos a trajetória de populações extrativistas, vemos que seu modo de praticar o conhecimento oferece uma maneira outra de pensar o ambiente e a relação estabelecida com ele, muitas vezes em confronto com os pressupostos que orientam as instituições ambientalistas, as quais freqüentemente determinam uma natureza exterior ao homem, tornando-a fonte paradoxal de proteção e predação.

Argumentou-se também que essa diferença de pressupostos não implica em

um abismo incomensurável entre diferentes maneiras de existir. O que nos encaminha para uma versão moderada de relativismo. Essa versão repousa sobre a noção de que é sempre possível a tradução entre distintos modos de existência, o que garante a intersubjetividade e, como conseqüência, a objetividade (Almeida 1999:05). Há no horizonte a possibilidade de concórdias, as quais podem ser compatíveis quanto à suas implicações relativas. No caso deste texto é necessário reconhecer que a despeito dos muitos desacordos, a certificação tornou-se possível e proporcionou benefícios à comunidade. Não se trata de negar a valorização econômica e a importância dessas alianças para os povos extrativistas, também não se trata de apagar as divergências e conflitos que esses processos acarretam.

Houve, com efeito, a possibilidade de intercâmbio entre castanheiros e técnicos do IMAFLORA, embora eles possam ter trocado coisas possuidoras de diferentes naturezas – conhecimento, técnica, valores, necessidades, legitimação, etc. E muito embora os eventos e realizações fruto deste encontro possam tomar essas diferentes formas, não é possível negar a capacidade de comunicação, troca e movimento de ambos. O encontro entre castanheiros e técnicos ambientais e conseqüentemente suas trocas materiais e conceituais, poderia ser descrito com base em um vocabulário que indica a desigualdade de forças e os modos de dominação. E ainda que estes elementos não estejam de todo ausentes neste tipo de encontro, a escolha dessa linguagem implica-

ria um conjunto de análises distinto do que o artigo buscou oferecer.

O ponto crucial não foi o fato empírico das incompreensões ou o confronto de pressupostos, mas o fato transcendente de que eles não estão baseados nas mesmas premissas. A questão, pois, não é a de saber quem está enganado e menos ainda quem engana quem. A perspectiva aqui adotada apenas tornou visível as diferentes habilidades capazes de definir os castanheiros, os quais colocam em operação práticas específicas que permitem sua adequação aos mais diferentes contextos e exigências para que, afinal, seu modo de existir continue possível.

NOTAS

¹ Criado através do decreto n.2453, de 14 de Agosto de 1995.

² A relação entre castanheiros do Iratapuru e empresa Natura foi objeto de minha tese de doutorado, defendida em 2016 no PP-GAS/ USP. Para tanto, ver Ribeiro, 2016.

³ O montante de recursos investidos no PPG7 foi expressivo. Cerca de 461 milhões de dólares, canalizados e administrados pelo Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT) e gerenciado pelo Banco Mundial. O programa recebeu doações de diversos países (G7), da Comissão Europeia (CE) e de contrapartidas do governo Brasileiro. Em parte ele atendeu aos anseios internacionais de Proteção das Florestas Brasileiras, incentivado pelas políticas ambientais globais, discutidas em Fóruns mundiais como o encontro dos G7, ocorrido em Houston (EUA) em 1990 e ratificado durante a conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Embora uma

parcela muito pequena tenha sido destinada à COMARU, ela foi o suficiente para dar início ao processo fabril na comunidade organizada pelos castanheiros (conforme informações extraídas do documento PPG7 – Caminhos para a sustentabilidade, elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2009.)

⁴ Criada por meio da lei n.0392, de 11 de Dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado n.1708, em 12 de dezembro de 1997. No primeiro artigo dispõe-se que “fica criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Rio Iratapuru, situada nos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Amapari, no Estado do Amapá, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.”

⁵ *Arriá castanha* (verbo arriar) é um termo freqüentemente usado pelos castanheiros para fazer referência ao deslocamento das castanhas do castanhal para a comunidade ou então para a cidade. Este trabalho consiste no carregamento das sacas de castanha – sempre pensado como de cima (do rio) para baixo (na comunidade, na cidade) – e pode ser feito mesmo por aqueles sem experiência no trabalho de coleta ou *quebração*.

⁶ Por essas e outras razões, os castanheiros habitantes desta região tornaram-se exímios fazedores de barcos, de pequenas canoas a grandes embarcações. Adaptadas para a navegação em igarapés cerrados e para transpassar as diversas cachoeiras que caracterizam a região, as embarcações por eles fabricadas servem tanto para o trajeto de pessoas como para o transporte de toneladas de castanhas. A sua fabricação é completamente artesanal e pode levar meses, em especial os batelões, embarcações específicas para o carregamento de castanhas e mercadorias.

⁷ O modo de vida nas colocações florestais é a base do conceito de Reserva Extrati-

vista proposto pelo movimento social dos seringueiros amazônicos na década de 80. Mauro Almeida (2012) apresenta esse modelo como “uma organização social e um sistema econômico caracterizado pelo uso múltiplo de territórios florestais por uma rede de casas aparentadas, compartilhando ambientes comum” (2012:121).

⁸ A *medida* é um tipo de contagem antiga da castanha à qual os extrativistas fazem referência ainda hoje. Ela equivale a aproximadamente a 5,5 latas de castanha, cada lata pesa 20 quilos de castanha com casca; entrevista realizada em Dezembro de 2011.

⁹ FSC é a sigla para *Forestry Stewardship Council*, Conselho de Manejo Florestal em português. FSC é uma instituição internacional, sem fins lucrativos, formada por representantes de entidades de diversos países no mundo sendo um dos únicos sistemas de certificação florestal apoiado por grandes entidades, como WWF (*World Wildlife Fund*, ou “Fundo Mundial da Natureza” em português) e Greenpeace. O objetivo de uma certificação florestal, como afirma esta organização, é assegurar que o uso dos recursos naturais seja adequado e não predatório, garantindo o respeito aos aspectos ambientais, sociais e econômicos da região explorada.

¹⁰ Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru, fundada em 1992.

¹¹ Documento intitulado “Resumo Público de Certificação” de 05 de Fevereiro de 2004, pgs.05-06. Vale dizer que este documento é apenas uma parte de todos os laudos e relatórios técnicos elaborados neste processo, sendo, a maioria destes considerados documentos confidenciais e, portanto, inacessíveis.

¹² Annelise Riles (2006) organiza um volume interessado em refletir sobre as práticas de *documentação* em diferentes contex-

tos etnográficos. A decisão de olhar para documentos, dentre tantas outras coisas observáveis em campo, reside no fato de que eles nos abrem uma porta de entrada importante para a compreensão de problemas e pontos de vista contemporâneos, especialmente porque “Documentos são artefatos paradigmáticos das modernas práticas de conhecimento” (tradução minha 2006:02). Os documentos, uma vez transformados em objeto etnográfico, tornam-se também uma categoria analítica e uma orientação metodológica.

¹³ Ênfases minhas. Conforme explicado em <http://imaflora.blogspot.com.br/2013/02/o-que-e-madeira-certificada-saiba-os.html> acessado em 20.06.2013 às 15h30.

¹⁴ O termo consumo produtivo, sugerido por Fausto, não possui um caráter negativo, isto é, a destruição do inimigo possui um caráter fecundo. A guerra aparece no plano das relações entre homens como uma *forma de trabalho*, de ato criativo. Nesse sentido a predação ameríndia pertence ao universo da *produção* e não da *troca*, produção esta, enfatiza o autor, de pessoas e não de bens materiais (1997:269).

¹⁵ O Aviamento é um termo cunhado na Amazônia para descrever um sistema de adiantamento de mercadorias e crédito. Sua aparição aconteceu no período colonial e consolidou-se de maneira intensa na Amazônia no período conhecido como “ciclo da borracha”. Nesse sistema, o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho à população, devendo esta restituir a dívida contraída com seu trabalho e produtos vindos do extrativismo florestal. Forma-se um círculo infundável de bens e endividamento (Aramburu 1994)

¹⁶ O que caracteriza os Modernos, bem sabemos, é que eles jamais o foram (Latour, 1994). Assim, embora pensemos que a

modernidade seja marcada pela lógica da racionalidade e da produção objetiva, ao olharmos novamente, veremos que nesta constituição abundam as crenças, os passes de mágica e as subjetividades: “A noção de crença permite aos modernos compreender, *ao modo deles*, a origem da ação pelo duplo vocabulário dos fetiches e dos fatos” (Latour 2002:34).

¹⁷ O termo *modos de existência*, aparece em Bruno Latour & Isabelle Stengers (2009) e foi tomado emprestado do filósofo Étienne Souriau (2009 [1943]). O objetivo dos autores com essa terminologia não é o de propor uma ontologia particular, mas, ao contrário, colocar em evidência a singularidade ontológica dos objetos técnicos, dos valores econômicos e das coisas ordinárias. A cada domínio correspondente emerge uma enormidade de categorias diferentes. A possibilidade de comparação é a de colocar em evidência essa igualdade e essa diversidade presente no ato de existir (Magniglier 2012:928). A contingência é a de definir um modo de existência a partir do contraste que este possui com outros, de sorte que não surja apenas uma ontologia, mas um tipo de experimento que permita ver a intersecção e os efeitos desta com outras.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. W. B. 2004. Direito à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19 n.55.
- Almeida, M. W. B. 1999. Guerras Culturais e Relativismo Cultural. *RBCS* Vol. 14 n. 41.
- Aramburu, M. 1994. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.9 n.25.
- Balée, W. 1994. *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany - the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. New York: Columbia University Press.
- Balée, W. 2010. Amazonian Dark Earths. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, Volume 8, Issue 1 Article 3.
- Bonila, O. 2005. O Bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. *Mana*, 11 (1):41-66.
- Carneiro da Cunha, M. 2012. *Savoir autochtones: quelle nature, quels apports?* Leçons Inaugurales Du College de France, Fayard.
- Carneiro da Cunha, M. 2009. *Cultura com aspás*. São Paulo: Cosac&Naify
- Coelho de Souza, M. 2010. A pintura esquecida e o desenho roubado: contrato, troca e criatividade entre os Kisêdjê. Anais de Congresso, 27 RBA – *Reunião Brasileira de Antropologia*, Belém.
- Descola, P. 2012. *Approches anthropologiques du paysage*. Seminaire au College de France. Disponível em: <http://www.college-de-france.fr/site/philippe-descola/course-2013-03-27-14h00.htm#|m=seminar|q=/site/philippe-descola/seminar-2011-2012.htm|p=../philippe-descola/seminar-2012-03-01-10h00.htm|>
- Escobar, A. 2011. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. In: *Cultura y Naturaleza*. Leonardo Montenegro Martínez (ed.) – 1ª ed. – Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, Mayo.
- Fausto, C. 1997. A dialética da predação e familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Museu Nacional do Rio de Janeiro.
- Latour, B., Stengers, I. 2009. *Le sphinx de L'oeuvre*. In Étienne Souriau, *Le différents modes d'existence*. PUF.

- Latour, B. 1994. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.
- Latour, B. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses Fê(i)tiches*. Edusc.
- Le Tourneau, F., Greissing, A., Kohler, F., Picanço, J. R. A. 2008. Iratapuru et la noix du Brésil: une expérience de durabilité en Amazonie brésilienne. *Environnement, Nature, Paysage*.
- Le Tourneau, F., Kohler, F. 2011. Meu coração não mudou. Desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XIV, n. 2: 179-199.
- Maniglier, P. 2012. Un tournant métaphysique? *Critique*, n.786.
- Morawska, C. 2015. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EDUFSCar
- Peres, C. A., Baider, C. 1997. Seed dispersal, spatial distribution and population structure of Brazil nut trees (*Bertholletia excelsa*) in Southeastern Amazonia. *Journal of Tropical Ecology*, v. 13:595-616.
- Pimenta, J. 2010. O sabonete da Discórdia: Uma controvérsia sobre conhecimentos tradicionais indígenas. In: Marcela Coelho de Souza; Edilene Coffaci de Lima, *Conhecimento e Cultura: práticas de transformação no mundo indígena*. Brasília: Capes.
- Ribeiro, M. S. 2016. Natureza e Mercado: Castanheiros, empresários e as economias de suas relações. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia FFLCH – Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, M. 2018. Exchange through difference. *Vibrant - Virtual Braz. Anthr.* vol.15, n.1.
- Riles, A. 2006. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. The University of Michigan Press.
- Rivière, P. 2001. A Predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. *Mana*, 7 (1):31-53.
- Santos, L. G. 2003. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio- técnico da informação digital e genética*. São Paulo: editora 34
- Scoles, R., Gribel, R. 2011. Population Structure of Brazil Nut (*Bertholletia excelsa* Letythidaceae) stands in two areas with different occupation histories in the Brazilian Amazon. *Human Ecology*, 29:455-464.
- Shepard Jr. G, Ramirez, H. 2011. Made in Brazil: Human Dispersal of the Brazil Nut (B.E.L) in Ancient Amazônia. *Economic Botany* 65 (1), pp.44-65.
- Souriau, E. 2009 [1947]. *Les différents modes d'existence*. Métaphysiques PUF.
- Vilaça, A. 2008. Conversão, Predação e Perspectiva. *Mana* 14 (1): 173-204.
- Viveiros de Castro, E. 2002. O problema da afinidade na Amazônia. In: *A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia*, São Paulo: Cosac Naify.
- Viveiros de Castro, E. 2004. Perspectival Anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America* 2(1):3-22.
- Waddington, M. 2002. Incorporação de uma nova atividade comercial em uma comunidade indígena Yawanawá. In: Clay, Jason; Anthony Anderson (orgs). *Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis*. IIEB: Instituto Nacional de Educação do Brasil, Rio de Janeiro: Ed. Peirópolis.